

TERMO DE REFERÊNCIA

LEILÃO PÚBLICO DE VEÍCULOS INSERVÍVEIS DO MUNICÍPIO DE TARUMÃ/SP.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a alienação de bens móveis inservíveis pertencentes ao Município de Tarumã/SP, consistentes em 06 (seis) veículos, por meio de licitação na modalidade leilão, na forma eletrônica, com critério de julgamento pelo maior lance por item, conforme condições e especificações constantes deste Termo de Referência, do Edital e de seus anexos.

1.2. Os bens a serem alienados encontram-se relacionados em lotes individualizados, com suas respectivas descrições, características, classificações e valores mínimos de arrematação, conforme documentação integrante do processo.

1.3. Os veículos serão alienados no estado de conservação e nas condições em que se encontram, sem garantia, pressupondo-se previamente vistoriados pelos interessados, não cabendo reclamações posteriores quanto ao estado físico e mecânico, vícios aparentes ou ocultos, ausência de componentes, necessidade de reparos ou quaisquer outras condições inerentes aos bens.

1.4. A alienação observará as restrições legais e administrativas aplicáveis à natureza de cada lote, especialmente quanto aos bens classificados como sucata aproveitável e aos bens aptos à livre circulação.

2. DESCRIÇÃO DOS BENS MÓVEIS E VALORES MÍNIMOS

RELAÇÃO DE BENS

SEQ.	TIPO	MARCA	MODELO	PLACA	ANO FAB.	COMB.	AVALIAÇÃO	DÉBITO
1	ÔNIBUS	SCANIA	M. POLO PARADISO R/340 CV (BRANCA)	ASN-4644	2010	DIESEL	R\$ 54.000,00	Não há.
2	ÔNIBUS	VOLKSWAGEN	CAIO ALFHA 16210 CO-44/6450CC (VERDE)	CDZ-2189	1998	DIESEL	R\$ 18.000,00	Não há.
3	ÔNIBUS	MERCEDEZ BENZ	INDUSCAR GI R 161-211 CV (BRANCA)	DBA-4037	2002	DIESEL	R\$ 21.000,00	Não há.
4	CARRO	FIAT	PALIO FIRE FLEX 1.0 (PRATA)	DBA-4041	2006	FLEX	R\$ 1.600,00	Não há.
5	VAN	FIAT	DUCATO MINIBUS-127CV/2300 (BRANCA)	FCF-2195	2014	DIESEL	R\$ 32.200,00	Não há.
6	CAMIONETE	CHEVROLET	S10 2.5 D 4X4	CDZ-2188	1998	DIESEL	R\$ 6.500,00	Não há.



2.1. Os bens móveis objeto da alienação estão organizados em 06 (seis) lotes individualizados, conforme identificação, características básicas e valores mínimos de arrematação abaixo descritos:

2.1.1. **Lote 01:** Ônibus Scania / M. Polo Paradiso R 340 CV, cor branca, placa ASN-4644, ano de fabricação 2010, combustível diesel, avaliado em R\$ 54.000,00. Classificação: livre circulação. Situação resumida: apresenta problemas no aquecimento, com indicação de motor avariado.

2.1.2. **Lote 02:** Ônibus Volkswagen / Caio Alpha 16210 CO, cor verde, placa CDZ-2189, ano de fabricação 1998, combustível diesel, avaliado em R\$ 18.000,00. Classificação: livre circulação. Situação resumida: veículo parado por longo período, com desgaste decorrente do tempo sem uso.

2.1.3. **Lote 03:** Ônibus Mercedes-Benz / Induscar GI R 161, cor branca, placa DBA-4A37, ano de fabricação 2002, combustível diesel, avaliado em R\$ 21.000,00. Classificação: livre circulação. Situação resumida: veículo sem uso, com bancos e vidros preservados e pneus em estado ruim.

2.1.4. **Lote 04:** Automóvel Fiat / Palio Fire Flex 1.0, cor prata, placa DBA-4041, ano de fabricação 2006, combustível flex, avaliado em R\$ 1.600,00. Classificação: sucata aproveitável. Situação resumida: motor avariado.

2.1.5. **Lote 05:** Van / micro-ônibus Fiat / Ducato Minibus 127CV/2300, cor branca, placa FCF-2195, ano de fabricação 2014, combustível diesel, avaliada em R\$ 32.200,00. Classificação: livre circulação. Situação resumida: motor desmontado, localizado no interior do veículo.

2.1.6. **Lote 06:** Camionete GM / S10 2.5 D 4x4, placa CDZ-2188, ano de fabricação 1998, combustível diesel, avaliada em R\$ 6.500,00. Classificação: livre circulação. Situação resumida: embreagem avariada e motor em funcionamento precário.

2.2. Os valores acima correspondem aos valores mínimos de arrematação, definidos com base em avaliações técnicas constantes do processo administrativo, os quais servirão como referência mínima para aceitação dos lances no certame.

2.3. Os bens serão disputados por item/lote, não sendo admitidos lances inferiores ao valor mínimo estabelecido para cada bem.

2.4. As descrições constantes neste Termo de Referência possuem caráter informativo e resumido, prevalecendo, para todos os efeitos, a situação real dos bens no momento da visitação e da arrematação, bem como os elementos técnicos constantes dos laudos de avaliação e demais documentos que instruem o processo.



2.5. O lote classificado como sucata aproveitável submeter-se-á às restrições legais específicas quanto à arrematação, circulação, baixa, desmontagem, transferência e destinação final, não se equiparando aos lotes classificados como de livre circulação.

2.6. A individualização, a classificação, a situação patrimonial e os valores mínimos de arrematação dos veículos deverão estar lastreados em laudos de avaliação e documentos administrativos específicos constantes do processo, inclusive, quando cabível, consultas atualizadas aos órgãos de trânsito e registros patrimoniais, com indicação da situação documental de cada lote na data-base da instrução.

2.7. A informação relativa a débitos, restrições administrativas, bloqueios, multas, tributos incidentes e possibilidade de transferência de cada veículo deverá ser expressamente indicada no edital ou em anexo específico, com base em consulta atualizada. Necessita validação pela área competente e pelo setor responsável pela gestão documental dos veículos.

2.8. O lote classificado como sucata aproveitável somente poderá ser arrematado por interessado que atenda aos requisitos legais e regulatórios aplicáveis à sua destinação, desmontagem, baixa e reaproveitamento, devendo o edital definir objetivamente as condições de participação, a documentação exigível e as restrições de circulação e aproveitamento do bem.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3.1. A presente alienação decorre da necessidade de promover a alienação de veículos inservíveis pertencentes ao patrimônio do Município de Tarumã/SP, atualmente sem utilização efetiva pela Administração, com vistas à racionalização da gestão patrimonial, à redução de custos operacionais e à obtenção de receita pública.

3.2. Conforme levantamentos realizados pela gestão municipal, foram identificados 06 (seis) veículos sem aproveitamento operacional, mantidos por longo período sem uso, circunstância que evidencia sua ausência de utilidade pública imediata e a inconveniência de sua permanência no acervo patrimonial do Município.

3.3. A manutenção desses bens no patrimônio municipal, sem destinação adequada, contribui para a deterioração progressiva, depreciação econômica, ociosidade patrimonial e continuidade de gastos administrativos, de guarda e de conservação, sem retorno de interesse público proporcional.

3.4. A alienação pretendida mostra-se necessária para otimizar a gestão patrimonial, permitindo à Administração concentrar recursos materiais, humanos e financeiros em bens e atividades efetivamente úteis à prestação dos serviços públicos, em observância aos princípios da eficiência e da economicidade.



3.5. A medida também se justifica pela possibilidade de geração de receita, mediante arrecadação de valores com a venda dos bens, os quais poderão ser destinados às prioridades da Administração Municipal, conforme planejamento e legislação aplicável.

3.6. Sob o aspecto jurídico e procedimental, a solução adotada encontra fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, sendo o leilão, na forma eletrônica e com julgamento pelo maior lance, a modalidade adequada para a alienação dos bens móveis inservíveis descritos no processo, conforme definido no edital e validado pelo Estudo Técnico Preliminar.

3.7. O Estudo Técnico Preliminar concluiu pela viabilidade técnica e econômica da alienação, apontando que a realização de leilão eletrônico amplia a transparência, a competitividade, a publicidade e a segurança do procedimento, além de favorecer a maximização do retorno econômico para a Administração.

3.8. Dessa forma, a necessidade administrativa consiste em dar destinação adequada aos veículos inservíveis, retirando do patrimônio municipal bens sem aproveitamento prático, reduzindo passivos operacionais e patrimoniais e promovendo sua alienação em condições compatíveis com o interesse público.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A alienação dos bens deverá ser realizada por meio de licitação na modalidade leilão, na forma eletrônica, com critério de julgamento pelo maior lance por item, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, com o edital do certame e com os documentos que instruem o processo.

4.2. O leilão deverá ocorrer em plataforma eletrônica segura, estável e apta ao recebimento de lances públicos e sucessivos, assegurando integridade, rastreabilidade, publicidade dos atos e igualdade de participação entre os interessados.

4.3. Poderão participar do certame pessoas físicas maiores e capazes e pessoas jurídicas regularmente constituídas, desde que atendam às exigências previstas no edital, na legislação aplicável e nas regras operacionais da plataforma eletrônica.

4.4. O interessado deverá realizar credenciamento prévio na plataforma, com apresentação dos documentos operacionais exigidos para identificação, autenticação de acesso e, quando for o caso, comprovação de representação legal, não se confundindo tal providência com fase de habilitação.

4.5. Nos termos da legislação aplicável ao leilão, não haverá fase de habilitação, sem prejuízo da verificação, em relação ao arrematante, dos documentos necessários à identificação pessoal, à representação, à formalização da arrematação e ao atendimento de exigências legais específicas relacionadas ao lote arrematado.



4.6. Os bens deverão ser previamente avaliados por critérios técnicos e objetivos, com fixação de valores mínimos de arrematação, conforme laudos e avaliações integrantes do processo administrativo.

4.7. O edital deverá assegurar ampla publicidade ao certame, com divulgação nos meios oficiais do Município, na plataforma eletrônica e nos demais canais legalmente cabíveis, observando-se o prazo mínimo legal entre a publicação do edital e a abertura da sessão pública.

4.8. Os bens serão ofertados e alienados no estado de conservação e nas condições em que se encontram, sem garantia, pressupondo-se previamente examinados pelos interessados, que assumirão integral responsabilidade pelos lances ofertados e pelas consequências da arrematação.

4.9. Não serão aceitas, após a arrematação, alegações de desconhecimento quanto às condições físicas, mecânicas, documentais ou operacionais dos bens, nem pedidos de desistência, restituição de valores, abatimento de preço ou reclamações posteriores, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas.

4.10. Os lances ofertados terão caráter irrevogável e irretratável, gerando obrigação de pagamento e de cumprimento das demais condições previstas no edital e neste Termo de Referência, uma vez confirmada a arrematação.

4.11. O arrematante será responsável por todas as despesas decorrentes da arrematação, inclusive as relativas à retirada, transporte, carregamento, transferência de propriedade, regularização perante os órgãos competentes, tributos, taxas, emolumentos, baixa, desmontagem e destinação final, conforme a natureza de cada lote.

4.12. Os lotes classificados como sucata ou sujeitos a restrições legais específicas deverão observar, além das disposições do edital, a legislação aplicável quanto à circulação, transferência, baixa, desmontagem, destinação e demais condicionantes próprias da respectiva classificação.

4.13. É vedado ao arrematante ceder, permutar, vender ou negociar o bem arrematado antes do pagamento integral e da formalização da transferência ou retirada, quando cabível.

4.14. A condução do certame deverá ocorrer por leiloeiro oficial regularmente designado ou agente público competente, conforme a modelagem administrativa adotada pelo Município e os atos formais do processo.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO



5.1. A solução definida para atendimento da necessidade administrativa consiste na alienação, por meio de leilão eletrônico, dos veículos inservíveis pertencentes ao patrimônio do Município de Tarumã/SP, com adjudicação pelo critério de maior lance por item, observadas as condições fixadas no edital, neste Termo de Referência e nos demais documentos do processo.

5.2. A escolha dessa solução decorre da constatação de que os bens se encontram sem utilização efetiva, paralisados há longo período e sem conveniência de permanência no patrimônio municipal, circunstância que evidencia o encerramento de seu ciclo de vida útil para a Administração, embora ainda possam possuir valor econômico para terceiros, conforme sua condição individual e classificação.

5.3. Sob a perspectiva do ciclo de vida do objeto, a solução contempla as seguintes etapas:

I – identificação da perda de utilidade administrativa, mediante levantamento patrimonial dos veículos sem aproveitamento operacional;

II – avaliação técnica e econômica dos bens, para definição de sua classificação, descrição, estado de conservação e valor mínimo de arrematação;

III – organização dos lotes e instrução processual, com consolidação dos laudos, registros fotográficos e informações documentais pertinentes;

IV – alienação por leilão eletrônico, com ampla publicidade, disputa aberta e seleção da proposta de maior valor por item;

V – pagamento, formalização e transferência, com entrega dos bens aos respectivos arrematantes, observadas as exigências administrativas e legais aplicáveis;

VI – retirada definitiva dos bens do acervo patrimonial municipal, com a correspondente destinação econômica ou material pelo arrematante, conforme a natureza de cada lote.

5.4. A solução adotada considera que, para a Administração, o ciclo de vida desses veículos encontra-se encerrado ou substancialmente exaurido, tendo em vista os custos de manutenção, a ociosidade patrimonial, a deterioração progressiva e a ausência de vantagem na permanência dos bens sob guarda do Município. Nessa perspectiva, a alienação constitui medida adequada para encerrar de forma eficiente a etapa final da gestão desses ativos.

5.5. A realização do leilão na forma eletrônica representa a solução mais adequada do ponto de vista jurídico, operacional e econômico, por ampliar a competitividade, assegurar transparência,



permitir maior alcance de interessados e favorecer a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, mediante maximização da arrecadação.

5.6. No que se refere à etapa final do ciclo de vida, a solução também abrange a destinação adequada dos bens após a arrematação, transferindo ao arrematante a responsabilidade por retirada, transporte, regularização, baixa, desmontagem e destinação final, conforme o enquadramento do lote como bem de livre circulação ou sucata, com observância da legislação aplicável.

5.7. Para os lotes classificados como sucata aproveitável, a solução deve observar restrições específicas quanto à circulação e à destinação, de modo que o encerramento do ciclo de vida administrativo do bem ocorra com alienação compatível com sua natureza, sem retorno irregular ao uso incompatível com sua classificação.

5.8. A solução como um todo, portanto, não se limita à venda dos veículos, mas compreende uma estratégia completa de gestão patrimonial, voltada à retirada ordenada de ativos inservíveis, à redução de passivos administrativos e à conversão desses bens em receita pública, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade, transparência e interesse público.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A execução do objeto ocorrerá por meio de licitação na modalidade leilão, na forma eletrônica, com julgamento pelo maior lance por item, em sessão pública virtual realizada em plataforma eletrônica disponibilizada para esse fim, observadas as condições estabelecidas no edital, neste Termo de Referência e nos demais documentos do processo.

6.2. O procedimento será executado com a disponibilização prévia das informações dos lotes, incluindo descrição resumida dos bens, classificação, estado de conservação, valor mínimo de arrematação e demais elementos técnicos constantes dos laudos e documentos que instruem o processo.

6.3. Antes da realização da sessão pública, deverá ser assegurada a ampla publicidade do certame, bem como a disponibilização do edital e de seus anexos, em observância ao prazo legal mínimo aplicável à modalidade leilão.

6.4. Os interessados participarão do certame mediante credenciamento prévio na plataforma eletrônica, na forma disciplinada no edital, sendo de sua responsabilidade a correta utilização do sistema, inclusive quanto ao envio de lances.



6.5. Nos termos da legislação aplicável ao leilão, não haverá fase de habilitação, sem prejuízo da conferência, em relação ao arrematante, dos documentos necessários à identificação, à representação e ao atendimento das exigências legais específicas do lote arrematado.

6.6. Os bens serão ofertados em lotes individualizados, admitindo-se disputa autônoma para cada item, de forma a ampliar a competitividade e favorecer a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

6.7. Durante a sessão pública, os participantes poderão ofertar lances sucessivos e públicos, observadas as regras operacionais da plataforma e as condições previstas no edital, sendo vencedor de cada lote o licitante que apresentar o maior lance válido, desde que igual ou superior ao valor mínimo fixado para o item.

6.8. Os lances ofertados serão considerados irrevogáveis e irretratáveis, e, uma vez confirmada a arrematação, gerarão ao arrematante a obrigação de cumprir integralmente as condições de pagamento, retirada, transferência, regularização e demais encargos previstos no instrumento convocatório.

6.9. Os bens serão alienados no estado de conservação e nas condições em que se encontram, sem garantia, cabendo exclusivamente aos interessados examiná-los previamente e assumir os riscos inerentes à arrematação, não sendo cabíveis reclamações posteriores quanto às condições físicas, mecânicas, operacionais ou documentais dos veículos, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas.

6.10. Encerrada a etapa de lances, será declarada a arrematação do lote em favor do maior lance válido, seguindo-se os atos de formalização, homologação, pagamento e posterior liberação do bem, na forma disciplinada no edital.

6.11. O pagamento deverá ocorrer na forma e no prazo definidos no edital, e a retirada do bem ficará condicionada à comprovação da quitação integral, bem como ao atendimento das exigências administrativas aplicáveis a cada lote.

6.12. Após a quitação e a autorização administrativa, caberá ao arrematante promover, às suas expensas e sob sua exclusiva responsabilidade, a retirada, o transporte, a transferência, a regularização, a baixa, a desmontagem e a destinação final do bem, conforme sua natureza e classificação.

6.13. Para os bens classificados como sucata ou sujeitos a restrições específicas, a execução do objeto deverá observar integralmente a legislação pertinente e as condicionantes previstas no edital, especialmente quanto à circulação, reaproveitamento, desmontagem e destinação final.



6.14. A execução do objeto será acompanhada pelos setores competentes da Administração, inclusive para fins de controle patrimonial, conferência documental, formalização da entrega e baixa dos bens alienados do acervo municipal.

7. MODELO DE ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA ALIENAÇÃO

7.1. Considerando a natureza do objeto, consistente na alienação de bens móveis inservíveis por meio de leilão eletrônico, a relação jurídica decorrente da arrematação será formalizada na forma prevista no edital e na legislação aplicável, podendo ocorrer por ata, termo de arrematação, comprovante de pagamento, recibo, nota de venda, termo de entrega ou outro documento equivalente, conforme os atos praticados no processo.

7.2. A gestão da execução decorrente da arrematação caberá aos setores competentes da Administração Municipal, especialmente à unidade demandante, ao setor responsável pelo patrimônio, à área de licitações e, quando necessário, aos demais órgãos de apoio envolvidos na formalização, controle e baixa dos bens alienados.

7.3. Compete à Administração acompanhar e controlar, no que lhe couber, as seguintes etapas:

- I – regularidade formal do procedimento de leilão;
- II – confirmação da arrematação e de sua homologação;
- III – verificação do pagamento do valor arrematado no prazo estipulado;
- IV – conferência da documentação necessária à liberação do bem;
- V – agendamento e acompanhamento da retirada;
- VI – emissão dos documentos de entrega, transferência, baixa ou equivalente;
- VII – registro da baixa patrimonial do bem alienado.

7.4. A fiscalização administrativa da execução limitar-se-á às obrigações atribuídas ao Município no procedimento de alienação, especialmente quanto à disponibilização dos bens para visitação, condução ou supervisão do certame, formalização dos atos de arrematação, recebimento do pagamento, entrega da documentação cabível e liberação dos bens ao arrematante.

7.5. Caberá ao arrematante cumprir integralmente as obrigações assumidas, especialmente quanto ao pagamento, retirada do bem, transporte, transferência, regularização, baixa, desmontagem e destinação final, conforme a natureza do lote, não se estendendo ao Município responsabilidade por providências posteriores que sejam de interesse exclusivo do adquirente.

7.6. Nos casos de veículos com possibilidade de regular transferência, a Administração deverá adotar as providências administrativas que lhe competirem para disponibilização da documentação necessária, observados os fluxos internos e a tramitação junto aos órgãos competentes. Nos casos de



bens classificados como sucata, a gestão deverá observar as restrições legais específicas quanto à baixa, circulação e destinação.

7.7. O acompanhamento da execução não afasta a responsabilidade exclusiva do arrematante pelos encargos legais e operacionais decorrentes da arrematação, inclusive despesas com tributos, taxas, emolumentos, remoção, transporte, transferência e demais ônus incidentes sobre o lote.

7.8. Eventuais inadimplementos do arrematante deverão ser registrados no processo administrativo e poderão ensejar a adoção das medidas cabíveis, inclusive perda do direito ao lote, aplicação de penalidades, convocação de remanescente ou realização de novo procedimento, conforme previsão editalícia e interesse da Administração.

7.9. Sempre que possível, a gestão do ajuste deverá observar controles mínimos de rastreabilidade, com juntada aos autos de documentos comprobatórios da arrematação, da quitação, da entrega, da retirada e da baixa patrimonial, assegurando transparência, segurança jurídica e adequada prestação de contas.

8. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento do valor correspondente ao lote arrematado deverá ser realizado pelo arrematante em parcela única, em favor do Município de Tarumã/SP, por meio de depósito bancário, transferência bancária ou outro meio formalmente indicado pela Administração no edital ou em ato de convocação específico.

8.2. O pagamento deverá ser efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da comunicação formal da homologação ao arrematante, na forma definida no edital.

8.3. A quitação integral do valor da arrematação constitui condição indispensável para a liberação do bem, para a emissão dos documentos cabíveis e para a adoção das providências administrativas de entrega, retirada, transferência ou baixa, conforme a natureza do lote.

8.4. Não será admitido pagamento parcial, parcelado, compensado, condicionado ou realizado por forma diversa daquela prevista no edital ou formalmente autorizada pela Administração.

8.5. O comprovante de pagamento deverá identificar, de forma clara, o arrematante, o lote arrematado e o processo administrativo, a fim de permitir a adequada vinculação do recolhimento ao respectivo bem alienado.

8.6. O inadimplemento do pagamento no prazo estipulado implicará a perda do direito à arrematação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, inclusive multa e demais sanções previstas no edital e na legislação aplicável.



8.7. Na hipótese de inadimplemento injustificado, a Administração poderá, observadas as disposições editalícias e o interesse público, convocar licitante remanescente, promover novo procedimento para o lote ou adotar outra medida administrativa cabível.

8.8. Não haverá devolução de valores pagos em razão de desistência posterior do arrematante, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas ou a superveniência de impossibilidade de entrega do bem por motivo imputável à Administração.

8.9. Todas as despesas acessórias decorrentes da arrematação, inclusive tributos, taxas, emolumentos, tarifas bancárias, custos de transferência, regularização, baixa, transporte, carregamento, desmontagem e destinação final, correrão por conta exclusiva do arrematante, não se confundindo com o valor principal devido ao Município.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO VENCEDOR

9.1. A seleção do vencedor será realizada por meio de licitação na modalidade leilão, na forma eletrônica, com processamento em plataforma digital indicada no edital, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, deste Termo de Referência e do instrumento convocatório.

9.2. O critério de julgamento será o de maior lance por item, sagrando-se vencedor, em cada lote, o participante que apresentar a maior oferta válida, desde que igual ou superior ao valor mínimo de arrematação fixado para o respectivo bem.

9.3. Os bens serão disputados em lotes individualizados, admitindo-se lances autônomos para cada item, de forma a ampliar a competitividade e possibilitar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

9.4. Somente serão aceitos lances formulados por participantes previamente credenciados na plataforma eletrônica, na forma estabelecida no edital, sendo de exclusiva responsabilidade do licitante os atos praticados em seu nome no sistema.

9.5. O modo de disputa será aberto, com apresentação de lances públicos e sucessivos, observadas as regras operacionais da plataforma e os intervalos mínimos eventualmente definidos no edital.

9.6. Não serão aceitos lances inferiores ao valor mínimo fixado para o lote, nem lances de mesmo valor quando já houver oferta anterior registrada para o item, hipótese em que prevalecerá o lance anteriormente lançado no sistema.



9.7. Os lances ofertados serão considerados irrevogáveis e irretratáveis, produzindo efeitos jurídicos e obrigacionais após a confirmação da arrematação, ressalvadas as hipóteses de nulidade, erro material ou falha sistêmica devidamente comprovada e reconhecida pela Administração.

9.8. Encerrada a etapa competitiva, será declarado provisoriamente vencedor do lote o participante detentor do maior lance válido, seguindo-se a formalização da arrematação, a verificação dos requisitos documentais cabíveis, a homologação do certame e o pagamento, na forma do edital.

9.9. Na modalidade leilão, não haverá fase de habilitação, sem prejuízo da apresentação, pelo arrematante, dos documentos exigidos para sua identificação, representação e cumprimento das exigências legais específicas relacionadas ao lote arrematado.

9.10. Será desclassificado o lance que contrariar as regras do edital, que não observar o valor mínimo fixado, que for apresentado em desacordo com as exigências operacionais da plataforma ou que decorra de prática incompatível com a lisura, a competitividade e a regularidade do certame.

9.11. Poderá ser declarado fracassado o lote que não alcançar o valor mínimo estabelecido, sem prejuízo de sua reinclusão em nova sessão ou em novo procedimento, caso a Administração entenda conveniente e oportuno.

9.12. A homologação do resultado ficará condicionada à regularidade formal do procedimento, à validade dos lances ofertados e ao cumprimento das condições editalícias pelo arrematante.

10. CRITÉRIOS DE ENTREGA, RETIRADA E ACEITAÇÃO

10.1. A entrega dos bens arrematados ocorrerá após a homologação do certame, a comprovação do pagamento integral e o atendimento, pelo arrematante, das exigências administrativas e documentais aplicáveis ao respectivo lote.

10.2. A retirada dos bens será realizada mediante agendamento prévio, em local, data e horário definidos pela Administração, com acompanhamento de servidor designado.

10.3. No ato da retirada, o arrematante, ou seu representante legal devidamente identificado, deverá apresentar documento oficial de identificação e comprovante de quitação, além de outros documentos eventualmente exigidos em razão da natureza do lote.

10.4. Os bens deverão ser retirados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da liberação formal pelo Município, salvo disposição diversa expressamente prevista no edital ou em ato administrativo devidamente motivado.



10.5. A não retirada do bem no prazo estipulado poderá implicar perda do direito ao lote, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis e da adoção das medidas administrativas previstas no edital, inclusive convocação de remanescente ou realização de novo procedimento, se conveniente à Administração.

10.6. Os bens serão entregues no estado de conservação e nas condições em que se encontram, sem garantia, pressupondo-se previamente examinados pelos interessados, não cabendo reclamações posteriores quanto a funcionamento, vícios aparentes ou ocultos, ausência de peças, necessidade de reparos ou quaisquer outras características materiais do lote.

10.7. A aceitação do bem pelo arrematante ocorrerá no momento da retirada, mediante assinatura de termo de entrega, recibo, nota de venda ou documento equivalente, caracterizando o recebimento definitivo do lote nas condições em que se encontra.

10.8. Para os veículos com possibilidade de regular transferência, a liberação poderá depender da emissão e disponibilização, pelo Município, da documentação necessária, observado o prazo administrativo e a tramitação perante os órgãos competentes.

10.9. Os veículos classificados como sucata ou sem direito à circulação serão entregues com observância das restrições legais e administrativas cabíveis, sem documentação para circulação e com as providências de baixa e destinação compatíveis com sua classificação.

10.10. Todas as despesas relativas à retirada, carregamento, transporte, remoção, transferência, regularização, baixa, desmontagem e destinação final correrão por conta exclusiva do arrematante, sem qualquer ônus adicional para o Município.

10.11. A partir da liberação do bem ao arrematante, cessará a responsabilidade do Município por guarda, conservação, avarias, deterioração, extravio ou quaisquer perdas relacionadas ao lote arrematado.

10.12. Constitui obrigação do arrematante providenciar, no prazo legal e regulamentar, a transferência da propriedade, a regularização perante os órgãos competentes e a retirada de eventuais identificações visuais do Município, quando existentes, sem prejuízo das demais obrigações previstas no edital.

10.13. Decorrido o prazo de retirada sem justificativa aceita pela Administração, o Município poderá aplicar as penalidades previstas, promover a revogação da liberação do lote e adotar a destinação administrativa cabível, observados o contraditório e a ampla defesa, conforme disciplinado no edital.

11. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO ARREMATANTE



11.1. Constituem obrigações do arrematante, sem prejuízo de outras previstas no edital, neste Termo de Referência, na legislação aplicável e nos documentos que instruem o processo:

I – efetuar o pagamento integral do valor da arrematação, no prazo e na forma estabelecidos no edital;

II – apresentar, quando exigido, os documentos de identificação, representação e regularidade necessários à formalização da arrematação e à liberação do bem;

III – retirar o bem arrematado no prazo fixado pela Administração, mediante agendamento prévio e observância das orientações operacionais expedidas pelo Município;

IV – providenciar, por sua conta e risco, o carregamento, remoção, transporte e retirada do bem, inclusive com utilização de equipamentos, mão de obra e suporte técnico que se façam necessários;

V – assumir integral responsabilidade pelas despesas incidentes sobre o lote arrematado, inclusive tributos, taxas, emolumentos, tarifas, despesas cartorárias, custos de transferência, regularização, baixa, vistoria, desmontagem, remoção, transporte e destinação final, conforme a natureza do bem;

VI – promover, no prazo legal, a transferência da propriedade e a regularização do bem perante os órgãos competentes, quando se tratar de lote com possibilidade de circulação e transferência;

VII – observar integralmente as restrições legais e administrativas aplicáveis aos lotes classificados como sucata, sucata aproveitável ou sem direito à circulação, inclusive quanto à baixa, desmontagem, reaproveitamento e destinação final;

VIII – receber o bem no estado de conservação e nas condições em que se encontra, assumindo os riscos inerentes à arrematação e renunciando a reclamações posteriores sobre vícios aparentes ou ocultos, ausência de componentes, funcionamento, características físicas, mecânicas ou documentais, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas;

IX – não ceder, permutar, vender, transferir ou negociar o bem arrematado antes da quitação integral e da formalização da transferência ou retirada, quando cabível;

X – retirar eventuais logotipos, adesivos, placas de identificação patrimonial, inscrições ou sinais visuais da Administração Pública existentes no bem, quando aplicável, sem ônus para o Município;

XI – responder civil, administrativa e criminalmente por qualquer utilização, destinação, circulação, desmontagem ou disposição final do bem em desacordo com a legislação, com o edital e com sua classificação;



XII – observar as normas de segurança, trânsito, transporte, meio ambiente e destinação de resíduos eventualmente aplicáveis à retirada e ao aproveitamento do bem;

XIII – suportar integralmente os riscos e custos decorrentes de eventual necessidade de reparo, regularização, substituição de peças, vistoria, licenciamento, baixa ou qualquer outra providência posterior à arrematação;

XIV – comparecer aos atos para os quais for convocado pela Administração, quando necessário à formalização da arrematação, à retirada do bem ou ao cumprimento de exigências legais e administrativas.

11.2. O arrematante reconhece que os bens objeto do leilão são alienados sem garantia de funcionamento, durabilidade ou aptidão para uso, cabendo-lhe avaliar previamente a conveniência da oferta e os custos posteriores decorrentes da aquisição.

11.3. O inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas no edital, na legislação aplicável e nos demais atos do processo, sem prejuízo da responsabilização por perdas e danos e da adoção das medidas administrativas cabíveis.

12. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

12.1. Constituem obrigações do Município, sem prejuízo de outras previstas no edital, neste Termo de Referência e na legislação aplicável:

I – promover a instrução regular do processo administrativo de alienação, com a juntada dos documentos técnicos, jurídicos e operacionais necessários à realização do leilão;

II – disponibilizar aos interessados o edital, seus anexos, laudos, relatórios fotográficos e demais informações pertinentes aos bens, assegurando transparência, publicidade e acesso às condições do certame;

III – dar ampla publicidade ao leilão, pelos meios oficiais e pela plataforma eletrônica adotada, observando os prazos e formalidades legais aplicáveis;

IV – disponibilizar os bens para visita prévia, em período, local e horários definidos no edital, a fim de permitir que os interessados conheçam o estado real dos lotes;

V – conduzir, supervisionar ou viabilizar a condução do certame, diretamente por agente público competente ou por leiloeiro oficialmente designado, conforme a modelagem administrativa adotada;



VI – disponibilizar plataforma eletrônica apta à realização do leilão, assegurando, naquilo que couber à Administração, condições adequadas de publicidade, rastreabilidade e regularidade procedimental;

VII – receber e processar os lances, registrar os atos da sessão pública e formalizar a arrematação, a ata e os demais documentos pertinentes ao resultado do certame;

VIII – verificar a regularidade formal do procedimento e promover a homologação do resultado, quando atendidas as condições editalícias e legais;

IX – indicar formalmente ao arrematante os dados necessários ao pagamento do valor da arrematação e adotar as providências administrativas para conferência da quitação;

X – liberar o bem ao arrematante após a comprovação do pagamento integral e do cumprimento das exigências administrativas cabíveis;

XI – fornecer, nos casos de bens com possibilidade de transferência regular, a documentação administrativa que lhe competir para viabilizar a entrega e a futura transferência, observados os fluxos internos e a tramitação perante os órgãos competentes;

XII – formalizar a entrega do bem mediante termo, recibo, nota de venda ou documento equivalente, com o devido registro nos autos do processo;

XIII – promover a baixa patrimonial dos bens alienados e os registros administrativos correlatos, após a formalização da arrematação e entrega, conforme os controles internos do Município;

XIV – acompanhar, no que lhe couber, os atos de retirada dos bens, por intermédio de servidor designado, para fins de conferência, controle e segurança administrativa;

XV – adotar as medidas administrativas cabíveis em caso de inadimplemento do arrematante, inclusive aplicação de penalidades, convocação de remanescente ou realização de novo procedimento, quando for o caso e houver interesse público;

XVI – assegurar a observância das restrições legais aplicáveis aos lotes classificados como sucata ou sujeitos a destinação específica, no âmbito das providências que competirem ao Município.

12.2. O Município responderá apenas pelos atos que lhe competirem formalmente no processo de alienação, não se responsabilizando por providências posteriores que incumbam exclusivamente ao arrematante, especialmente aquelas relativas à retirada, transporte, regularização, transferência, baixa complementar, desmontagem, circulação ou destinação final do bem.



12.3. O cumprimento das obrigações do Município não implica qualquer garantia quanto ao estado físico, mecânico, operacional ou econômico dos bens alienados, os quais serão ofertados e entregues no estado em que se encontram.

13. ESTIMATIVA DO VALOR

13.1. A estimativa de valor da presente alienação corresponde à soma dos valores mínimos de arrematação atribuídos aos bens móveis relacionados neste Termo de Referência, conforme avaliações técnicas constantes do processo administrativo.

13.2. Com base nos laudos e na relação consolidada dos lotes, o valor total estimado para a alienação é de **R\$ 133.300,00 (cento e trinta e três mil e trezentos reais)**, assim distribuído:

- I – Lote 01: R\$ 54.000,00;
- II – Lote 02: R\$ 18.000,00;
- III – Lote 03: R\$ 21.000,00;
- IV – Lote 04: R\$ 1.600,00;
- V – Lote 05: R\$ 32.200,00;
- VI – Lote 06: R\$ 6.500,00.

13.3. Os valores indicados constituem referência mínima para a formulação dos lances, não representando preço fixo de venda, uma vez que o resultado final da alienação dependerá da competitividade do certame e dos lances efetivamente ofertados pelos interessados.

13.4. A estimativa foi obtida a partir de avaliações técnicas dos bens, realizadas para definição de valor de mercado e fixação do lance mínimo, observadas as condições individuais de conservação, funcionamento, classificação e aproveitamento de cada veículo.

13.5. O valor estimado da alienação possui natureza meramente referencial e não vinculante quanto ao valor final de arrematação, servindo de parâmetro para abertura da disputa e para aferição da vantajosidade mínima do procedimento.

13.6. Eventual arrecadação superior ao valor estimado dependerá da dinâmica competitiva do leilão eletrônico, podendo resultar em maior retorno econômico para a Administração Municipal.

14. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. Considerando a natureza do objeto, consistente na alienação de bens móveis inservíveis, a presente alienação não gera despesa direta para o Município, razão pela qual não se aplica, em sentido estrito, a exigência de dotação orçamentária prévia como condição de viabilidade da execução principal do objeto.



14.2. O procedimento tem por finalidade a geração de receita pública, decorrente da arrecadação dos valores obtidos com a arrematação dos bens, em conformidade com os valores mínimos fixados e com o resultado efetivo do leilão.

14.3. Eventuais despesas administrativas acessórias relacionadas à instrução, divulgação, condução do certame, apoio operacional, avaliação, fiscalização, gestão patrimonial, baixa de bens e demais providências internas correrão à conta das dotações orçamentárias próprias das unidades responsáveis, se e quando houver necessidade de empenho específico.

14.4. A receita oriunda da alienação deverá ser classificada e registrada em conformidade com a legislação orçamentária, financeira e patrimonial aplicável, observadas as rotinas contábeis e os procedimentos internos do Município.

14.5. Assim, sob o aspecto orçamentário, verifica-se que o procedimento é compatível com o interesse público e com a gestão patrimonial municipal, por não representar contratação geradora de despesa principal e por possibilitar ingresso de recursos aos cofres públicos.

15. DAS PENALIDADES E SANÇÕES

15.1. O descumprimento, pelo arrematante, das obrigações previstas neste Termo de Referência, no edital e na legislação aplicável sujeitará o infrator às penalidades administrativas cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.2. Constituem infrações administrativas, sem prejuízo de outras previstas na legislação e no edital:

- I – deixar de efetuar o pagamento integral do lote arrematado no prazo estabelecido;
- II – desistir injustificadamente da arrematação;
- III – prestar informação falsa ou apresentar documento inexato no credenciamento, na identificação ou na formalização da arrematação;
- IV – fraudar a disputa, frustrar a competitividade do certame ou praticar ato que comprometa a lisura do procedimento;
- V – deixar de retirar o bem no prazo fixado;
- VI – descumprir as obrigações relativas à transferência, regularização, baixa, desmontagem ou destinação final do bem, quando aplicáveis;
- VII – dar ao lote arrematado destinação incompatível com sua classificação legal ou com as restrições editalícias;
- VIII – ceder, alienar, negociar ou transferir o bem antes do pagamento integral e da regular formalização, quando vedado.



15.3. Sem prejuízo das demais consequências legais e administrativas, poderão ser aplicadas as seguintes sanções, observado o devido processo legal:

I – advertência, quando a infração for de menor gravidade e não resultar prejuízo relevante à Administração;

II – multa, na forma prevista no edital;

III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo cabível, nos termos da legislação aplicável;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos casos de maior gravidade, especialmente quando caracterizada fraude, má-fé ou prática ilícita de elevada reprovabilidade.

15.4. Na hipótese de inadimplemento injustificado da arrematação, poderá ser aplicada multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do lote arrematado, sem prejuízo da perda do direito sobre o bem e da aplicação das demais sanções cabíveis.

15.5. O não pagamento do valor da arrematação, a desistência injustificada ou a não retirada do bem no prazo estipulado poderão implicar, além das sanções administrativas, a perda do direito ao lote, facultando-se à Administração convocar remanescente, promover novo procedimento ou adotar outra providência que atenda ao interesse público.

15.6. As sanções poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade da infração, os prejuízos causados à Administração, a vantagem indevidamente auferida, a reincidência e as circunstâncias do caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.

15.7. A aplicação de penalidades será precedida de regular processo administrativo, com notificação do interessado para apresentação de defesa e produção dos elementos que entender pertinentes, nos prazos e termos definidos pela legislação e pelos regulamentos aplicáveis.

15.8. O arrematante responderá civil, administrativa e criminalmente pelos atos praticados em desacordo com este Termo de Referência, com o edital, com a legislação vigente e com a classificação do bem arrematado, especialmente nos casos que envolvam fraude, falsidade documental, destinação irregular de sucata ou uso indevido de bem público alienado.

15.9. O eventual descumprimento de obrigações posteriores à entrega, inclusive relativas à transferência, regularização, baixa ou destinação final, não afasta a responsabilidade do arrematante e poderá ensejar as medidas administrativas e legais cabíveis, conforme a natureza da infração.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS



16.1. O presente Termo de Referência integra o processo administrativo destinado à alienação de bens móveis inservíveis pertencentes ao Município de Tarumã/SP, devendo ser interpretado em conjunto com o edital, o Estudo Técnico Preliminar, os laudos de avaliação, os relatórios fotográficos e os demais documentos que instruem o certame.

16.2. Em caso de divergência entre as informações constantes deste Termo de Referência e aquelas previstas no edital e em seus anexos, prevalecerá a disciplina estabelecida no edital, sem prejuízo da necessidade de correção formal de eventual inconsistência material identificada antes da realização da sessão pública.

16.3. Os bens objeto da alienação serão ofertados e entregues no estado de conservação e nas condições em que se encontram, sem garantia, cabendo aos interessados examiná-los previamente e assumir integral responsabilidade pelos lances ofertados e pelas consequências da arrematação.

16.4. A participação no leilão implicará plena ciência e aceitação, pelos interessados, das condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital, nos laudos, nos relatórios técnicos, nas regras da plataforma eletrônica e na legislação aplicável.

16.5. Os casos omissos serão resolvidos pela autoridade competente, com apoio da unidade responsável pela licitação, do setor de patrimônio, da unidade demandante e, quando necessário, da assessoria jurídica do Município, observada a legislação vigente.

16.6. Eventuais ajustes redacionais, correções formais, complementações de dados ou retificações necessárias à regular instrução do procedimento poderão ser promovidos antes da abertura da sessão pública, desde que não comprometam a competitividade, a isonomia, a publicidade e a legalidade do certame.

16.7. A alienação dos bens de que trata este Termo de Referência observará, em todas as suas fases, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, economicidade, transparência e competitividade.

16.8. Fica consignado que a solução adotada foi considerada viável técnica e economicamente no Estudo Técnico Preliminar, por se mostrar adequada à destinação dos veículos inservíveis e compatível com a racionalização da gestão patrimonial municipal.

Tarumã, 14 de abril de 2026.

CARMEN ROSA NOVAIS SOTANA
Coordenadora de Programas

